Geografia Histórica considerações teórico-metodológicas

Luís Augusto Bustamante Lourenço

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

LOURENÇO, L.A.B. Geografia Histórica: considerações teórico-metodológicas. In: *A oeste das minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista Triângulo Mineiro (1750-1861)* [online]. Uberlândia: EDUFU, 2005, pp. 27-40. ISBN 978-85-7078-516-9.
<https://doi.org/10.7476/9788570785169.0003>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

1 | Geografia Histórica: considerações teórico-metodológicas

O lugar da Geografia e da História

Os últimos vinte anos têm sido muito férteis em estudos regionais, nos campos da Geografia, História e Ciências Sociais. Resultado da saudável proliferação de trabalhos de mestrado e doutoramento. Por meio deles, o Brasil torna-se cada vez mais conhecido de si mesmo. São necessários, porém, avanços teóricos e metodológicos que contribuam para um diálogo frutífero entre essas áreas do conhecimento, particularmente entre a História e a Geografia.

É lamentável que ainda seja comum a crença de que geógrafos e historiadores lidem com objetos diferentes. Esse divórcio entre os dois saberes, motivado mais pelas divisões burocráticas entre departamentos e institutos universitários do que por uma real diferença entre seus objetos, acaba por limitar as questões propostas e diminuir o alcance de reflexões que, de outra forma, seriam muito mais fecundas.

A História muito tem a ganhar quando considera a natureza e as técnicas na perspectiva da Geografia. Na verdade, há muito vem fazendo isso, pois entende que seu objeto é o todo da experiência humana (NOVAIS, 2002). Coube aos historiadores recuperar a dimensão da técnica, da cultura e do ambiente como fatores importantes nos rumos e nas formas das sociedades humanas. Por exemplo, a obra de Sérgio Buarque de Holanda (1995), no Brasil, mantém um permanente sabor de atualidade, por tratar da gênese e difusão das técnicas, da influência do meio e das diferenciações de áreas culturais, numa perspectiva geográfica.

Por meio dos métodos da Geografia, alguns historiadores estrangeiros têm abordado, mais recentemente, antigas questões que não encontravam resposta satisfatória pelo instrumental teórico-metodológico da investigação

histórica convencional. Por exemplo, quais são as razões da diversidade cultural humana? Por que algumas sociedades criaram aparatos tecnológicos extremamente complexos e outras não? Por que as sociedades mais sofisticadas do ponto de vista tecnológico também possuem superioridade bacteriológica? Até que ponto fatores como mudanças climáticas, salinização de solos, presença de espécies animais e vegetais domesticáveis influíram na história humana? Desses questionamentos, surgiram trabalhos como o de Crosby (1993), Ponting (2000) e Diamond (2001).

A percepção de que abordagens monolíticas e unidirecionais — fundamentadas na ortodoxia marxista ou na estruturalista — estão por se esgotar tem levado os historiadores a buscar novas referências, a partir da idéia da multicausalidade do processo histórico. Um novo paradigma teórico, o *Paradigma da Complexidade*, influenciado pela Teoria do Caos,¹ vem sendo aplicado cada vez mais aos diversos campos do conhecimento. Com ele, os cientistas sociais têm sido levados a compreender que não existem leis mecânicas na História. Na verdade, um número infinito de variáveis que se influenciam mutuamente é o que conduz a história humana: climas, espécies vegetais disponíveis, correntes oceânicas, conflitos sociais, demografia, solos, eficácia das técnicas de beneficiamento de alimentos, geleiras, devastação de áreas naturais, religiões, famílias, mentalidades, lideranças carismáticas.

A percepção da dimensão complexa da realidade não exclui os grandes modelos explicativos, mas aponta a necessidade de se atentar para a grande diversidade das experiências humanas. Daí a necessidade de estudos regionais em busca das especificidades ao mesmo tempo em que não se deve prescindir dos grandes ensaios. Reconhecer o Paradigma da Complexidade não significa abandonar qualquer esperança de conhecimento racional da realidade. Significa, antes, reconhecer a multiplicidade dos fatores concorrentes para que a realidade exista, o que, no mínimo, imuniza o estudioso contra os dogmatismos.

Até pouco tempo, e infelizmente, a posição dos geógrafos havia sido de recuo teórico frente a muitas dessas temáticas, ao contrário da de outros campos do conhecimento. Pelo menos desde os anos 1940, essa posição

¹ Ver, por exemplo, Gleick (1988), para uma explanação geral sobre os fundamentos da Teoria do Caos e sua crescente influência sobre vários campos do conhecimento; Gleiser (2002), sobre o Paradigma da Complexidade no pensamento econômico. Sobre o Paradigma da Complexidade e a Teoria do Caos aplicados à Geografia, ver Souza (1997).

defensiva dos geógrafos vinha sendo denunciada por um deles: Carl Ortwin Sauer, que, naquela data, produziu um importante ensaio no qual diagnostica o que chamou de *O Grande Recuo* da Geografia norte-americana (SAUER, 2002). Segundo o autor, duas atitudes marcavam a tradição geográfica de seu país: a falta de interesse nos processos históricos e na sua seqüência, e a tentativa de jogar para outras disciplinas o campo da Geografia Física.

No começo do século XX, com o nascimento da geologia como uma disciplina acadêmica independente nos Estados Unidos, os geógrafos passaram a procurar interesses que os geólogos não podiam reivindicar: renunciaram então à Geografia Física como objeto de investigação. Tentaram, a partir daí, criar uma ciência natural do ambiente humano, e dificuldades metodológicas levaram-nos a auto-restrições cada vez maiores. A Geografia teórico-quantitativa, deslumbrada pela miragem do algarismo e das formas, tentou fazer uma descrição não-genética do conteúdo humano do espaço. O pressuposto dessa atitude era o de que os geógrafos são demasiado fracos para dar conta de tudo o que tem sido proposto como objeto da Geografia, e daí a tendência de limitar cada vez mais o seu campo, de forma a dominá-lo. A consequência dessa posição defensiva foi a grande questão que atormentou os geógrafos do século XX: a incapacidade de encontrar um campo incontestado, *um* objeto (SAUER, 2002).

Um diagnóstico semelhante foi feito por Maurício de Almeida Abreu (2000) ao reconstituir o recuo da Geografia francesa do início do século XX frente aos temas históricos. Como Sauer, ele também viu na necessidade de definir um estatuto disciplinar autônomo — na França, frente à História — o recuo dos geógrafos diante dos estudos do passado. Assim, para Brunhes, em 1912, a Geografia definia-se como uma ciência do presente, sendo o método geográfico “um método que privilegia o estudo exato, preciso, do que existe hoje” (ABREU, 2000).

Os sociólogos, por seu turno, avançaram sobre a ecologia humana — Odum (1988) e a escola da Carolina do Norte, por exemplo —, explorando com sucesso as conotações de região e regionalismo. A Geografia Econômica passou a ser abordada por economistas como Zimmerman e Mc Carty (SAUER, 2002). Ao final, a Geografia, sentindo-se acuada, presa aos tormentos de limitações auto-impostas, passou a ser dominada por um pedantismo que mal escondia a irrelevância de sua produção.

Sauer é particularmente ácido nas suas críticas à Geografia do Meio-

Oeste americano, expoente da vertente teórico-quantitativa. Essa região dos EUA, onde as diferenças culturais rapidamente esvaeceram-se com o surgimento de uma civilização comercial, fortemente baseada em grandes recursos naturais, tornou-se campo fértil para um pensamento geográfico que acreditava na existência de uma forma precisa e ótima de utilização econômica de cada ambiente. Por exemplo, formulações do tipo *milho = praire*, ou *Chicago = (praire + milho) + porto sul do Lago Michigan*...O resultado foi uma geografia ingênua, com conclusões medíocres, relacionando meio natural, distância de mercado, planos sobre o “melhor” uso da terra e a “melhor” distribuição da população (SAUER, 2002).

Sauer não propõe uma saída para a crise, pois entende que ela foi criada pelos próprios geógrafos: não existe uma crise *epistemológica* da Geografia. O que esse autor propõe é simplesmente um retorno à tradição mais antiga da Geografia, que poderia começar pela releitura da completude dos trabalhos de grandes geógrafos clássicos, como Ritter e Humboldt, e não da crítica feita a eles (sempre datada). No pensamento saueriano, somente uma análise *genética* das paisagens tornará convincentes e relevantes os estudos geográficos. Defende, também, que os geógrafos desenvolvam a sua competência na Geografia Física, para que se possa entender a interação entre as culturas humanas e o meio no qual estas se reproduzem.

O que esse autor propõe, principalmente, é o retorno a uma ciência saudável, engajada na descoberta, verificação, comparação e generalização. Propõe que se abandone o questionamento (comum em algumas academias) sobre a admissibilidade dos trabalhos e temas abordados, a obsessiva preocupação sobre *o que é ou não é* objeto da Geografia, e que se passe a questionar a competência, a originalidade e a significância da produção geográfica:

Uma ciência saudável está engajada na descoberta, verificação, comparação e generalização. Seu objeto é determinado por sua competência na descoberta e organização. Apenas quando chegar o dia em que avançarmos na noite, comparando nossos achados e discutindo todos os seus significados é que nos recuperaremos da anemia perniciosa do ‘será isto geografia?’ (SAUER, 2002, p. 3).

Acreditamos, como esse autor, que a Geografia Humana e a História lidam com o mesmo objeto, sob diferentes abordagens. Essa é, aliás, a mesma conclusão de Milton Santos:

Os mesmos objetos podem dialogar com as mais diversas disciplinas. [...] De um ponto de vista epistemológico, as mesmas coisas seriam, de um lado, objetos sociais e, do outro, objetos geográficos. [...] Não cremos, pois, que seja indispensável continuar buscando a definição de um objeto com existência separada, isto é, uma existência geográfica, um objeto geográfico em si. A partir do entendimento que tivemos do que deve ser o objeto da disciplina geográfica, ficamos em condição de tratar, geograficamente, os objetos encontrados. (SANTOS, 1996, p. 62–63).

A perspectiva geográfica é capaz de iluminar, de forma inusitada, questões que os historiadores tendem a secundarizar. O conhecimento histórico também tem muito a perder, no dizer de Maurício de Abreu (2000), com a “ditadura do presente” dos geógrafos. Segundo o autor,

Teve início uma “ditadura do presente”, que empobreceu bastante nosso conhecimento sobre o passado. Com efeito, como a história não abordava os tempos idos a partir de questões geográficas, acabamos deixando uma lacuna aberta que cabia a nós preencher. (ABREU, 2000, p. 15).

O espaço geográfico, como todas as demais dimensões da realidade, é dotado de historicidade. Negá-la equivale a negar o seu próprio estatuto de coisa real: o espaço é real *porque* histórico. Essa perspectiva faz dos estudos retrospectivos uma etapa essencial ao conhecimento geográfico. Nas palavras de Santos:

Ao nosso ver, a questão a colocar é a da própria natureza do espaço, formado, de um lado, pelo resultado material acumulado das ações humanas através do tempo, e, de outro lado, animado pelas ações atuais que hoje lhe atribuem um dinamismo e uma funcionalidade. [...] O seu caráter de palimpsesto, memória viva de um passado já morto, transforma a paisagem em um precioso instrumento de trabalho, pois essa imagem imobilizada de uma vez por todas permite rever as etapas do passado numa perspectiva de conjunto. O autor dessas palavras, o historiador Marc Bloch, é, por assim dizer, um dos criadores dessa Geografia retrospectiva da qual Fernand Braudel nos dá um modelo definitivo em seu livro *La Méditerranée*. (SANTOS, 1996, p. 85–86).

Qual seria então esse objeto, comum à Geografia e à História? Segundo Fernando Novais, “o objeto da História é o acontecer humano em qualquer tempo e em todo o espaço, só o futuro não é seu objeto” (NOVAIS, 2002, p. 123). A diferença entre o saber geográfico e o saber histórico está na abordagem, que faz conhecer as suas diferentes dimensões. Enquanto a História se preocupa em entender o evoluir das sociedades humanas no tempo, a Geografia procura saber como tais sociedades, ao fazê-lo, criam seus lugares e produzem suas paisagens.

A História é um saber, não uma ciência. Isto é, não possui uma metodologia própria e, por isso, utiliza-se das ciências auxiliares, como a Sociologia, a Economia, a Demografia, a Ecologia, para produzir seu conhecimento (NOVAIS, 2002). Da mesma forma, a Geografia também é um saber erudito, que não possui *urna* metodologia, mas *metodologias*. Usa os métodos daquelas ciências para estudar o mesmo objeto, porém de uma perspectiva *sincrônica*. Interessa à Geografia *mapear* os eventos e, fundamentada em noções como circulação, difusão, interação, distância, proximidade, fluxo, entender como o espaço é produzido à medida que as sociedades humanas se reproduzem.

A compreensão dos fenômenos, a partir de sua espacialização, estaria, portanto, na essência do método geográfico. Nas palavras de Sauer:

A espacialização dos fenômenos sobre a Terra expressa o problema geográfico geral da distribuição, que leva-nos a questionar o significado da presença ou ausência, aumento ou diminuição de qualquer coisa ou grupo de coisas variáveis sobre uma extensão de área. Nesse sentido mais inclusivo, o método geográfico ocupa-se de examinar a localização de qualquer fenômeno sobre a Terra (SAUER, 2002, p. 5).

Duas conclusões se impõem a estas reflexões:

1. Se o objeto da Geografia é o espaço, ou seja, a natureza valorizada pelas sociedades humanas e suas técnicas no seu evoluir histórico, portanto, tanto os espaços produzidos no passado quanto o espaço contemporâneo são objetos igualmente legítimos da investigação geográfica. Assim, toda Geografia é, nesse sentido, Geografia Histórica, e a única diferença entre estudar o passado ou o presente é que, neste caso, conta-se com mais dados para análise do que naquele.

Como escreveu Sauer:

Uma discordância deve ser aqui registrada em relação à visão que considera geografia como exclusivamente ou peculiarmente envolvida com economias ou culturas do presente. [...] Alguém não será menos geógrafo se estiver engajado em conhecer a ascensão e passagem de uma cultura que repouse no passado histórico, do que se estivesse envolvido em conhecer o crescimento da Chicago industrial. Há coisas tão importantes a aprender sobre geografia humana na arqueologia do Delta do Mississipi quanto em campos de cana de açúcar. Qualquer tópico nas ciências sociais é importante, não por causa de seus dados, mas pela luz que lança na natureza das origens da cultura e suas mudanças. [...] Se isto estiver correto, todo o tempo da humanidade está envolvido no campo da geografia, e a predileção em considerar o presente como intrinsecamente mais importante faz perder o objetivo expresso da geografia enquanto ciência genética. (2002, p. 10).

2. Não se pode falar em um método, mas em métodos na investigação e análise geográficas. Em grande parte, são tomados de empréstimo às ciências auxiliares (como a Antropologia, a Sociologia, a Ecologia, a Geomorfologia, a Economia, a Demografia etc.) para a construção do saber geográfico. Mas, além desses, a Geografia conta com um método próprio, que advém da perspectiva que lhe é inerente: a análise sincrônica e espacializada dos fenômenos.

Se existe um ofício que se assemelha ao do geógrafo, este é o do arqueólogo. Como este, o geógrafo busca reconstituir as paisagens do passado. Mas, se os arqueólogos se atêm às evidências materiais das atividades humanas, fossilizadas no espaço, os geógrafos historiadores contam com inúmeras outras fontes para buscar seus objetivos. O uso de arquivos para obtenção de fontes documentais e a análise de mapas antigos e contemporâneos juntam-se ao trabalho de campo, como estratégias das quais o geógrafo lança mão para obter dados em seu trabalho de reconstrução das paisagens antigas.

Assim, além das evidências materiais de antigas formas e técnicas, fossilizadas no espaço ou reutilizadas, e ressignificadas pela sociedade contemporânea (o traçado de uma cidade recapitulando o traçado do antigo arraial,

uma voçoroca aberta por um garimpo há centenas de anos, formas ancestrais de transporte ainda utilizadas), o geógrafo ainda pode recorrer às técnicas da Paleografia, da Demografia, da Econometria, da Antropologia para atingir seus objetivos. Como diz Milton Santos:

Onde, talvez, a noção e a realidade do objeto melhor se aproxima da geografia é na arqueologia. Para ambas, o objeto é, primeiro, um dado, cujo exame permite, depois, a construção intelectual de sua realidade. O arqueólogo busca identificar uma cultura e uma época, a partir das amostras encontradas. O geógrafo se interessa pelo conjunto de condições características de várias épocas, mas a partir do presente, indo, freqüentemente, deste para o passado. Como para o arqueólogo, os objetos, seu modo de fabricação e sua função também são um terreno estável para o geógrafo. [...] Arqueólogos e geógrafos partem de objetos concretos, mas os geógrafos trabalham também com os objetos do presente. (1996, p. 60).

Os métodos da Geografia Histórica

De todas as ciências auxiliares da Geografia, Sauer tem uma clara preferência pelos métodos da Antropologia. Em seus trabalhos, utiliza principalmente os conceitos de *difusão cultural* (propagação territorial de traços culturais) e de *área cultural* (território que compartilha traços culturais), extraídos daquela ciência. A partir deles, seria possível elaborar um quadro da *distribuição geográfica* das culturas e dos traços culturais. Os traços culturais, uma vez mapeados, teriam determinada ocorrência, sofreriam descontinuidades e perdas, teriam locais de origem. (SAUER, 2002).

Segundo esse autor, tudo o que tenha distribuição desigual sobre a Terra, a qualquer época, pode ser expresso num *mapa*, que representa o padrão de unidades em ocorrência espacial. Uma vez mapeada a distribuição de um traço ou fenômeno, leva-se a inquirir sobre sua presença ou ausência: essa seria a expressão mais abstrata e geral da tarefa do geógrafo. O mapa seria, então, a descrição geográfica formal ideal, e produzi-los seria etapa essencial a qualquer estudo nessa área do conhecimento. O mapeamento estaria na essência do método geográfico, pois lidaria com as noções de distância e

proximidade, que tornariam possível a identificação de padrões localizados ou diferenciações de área.

O autor identifica dois métodos possíveis de abordagem geográfica histórica e cultural: um seria o estudo da extensão espacial de traços culturais particulares (por exemplo, uma técnica de plantio ou beneficiamento), e o outro a determinação de complexos culturais e suas respectivas áreas (por exemplo, um determinado tipo de organização de povoados rurais que, ao mesmo tempo, compartilhasse uma determinada técnica de cultivo e beneficiamento). Tais complexos culturais seriam o equivalente saueriano ao que os geógrafos franceses chamam *genre de vie*.

Os complexos culturais conformariam a *paisagem cultural*. Segundo o autor:

Paisagem cultural [...] é a versão geográfica da economia de grupo, enquanto capaz de prover a si mesma de alimentos, abrigos, mobílias, ferramentas e transportes. A expressão geográfica específica corresponde às pastagens, madeiras e minas; de um lado as terras produtivas, e de outro as moradias, oficinas e armazéns, para usar os termos genéricos. (SAUER, 2002, p. 6).

Sauer também considera essencial em sua metodologia a influência do meio ambiente na história humana, mas rejeita a possibilidade do determinismo ambiental. O conceito-chave saueriano, nessa abordagem, é o de *resposta ambiental* (*environmental response*). Consiste no comportamento de um determinado grupo sob um determinado ambiente. Esse comportamento não depende de estímulos *físicos*, tampouco de necessidades lógicas, mas de hábitos adquiridos, os quais constituem a cultura. Dito de outra forma, os grupos humanos são os responsáveis por produzir sua cultura e história, mas fazem-no *num dado ambiente*, que condiciona a gama de opções das quais dispõe. Tais opções surgem no horizonte de possibilidades do grupo a partir de sua história, isto é, de atitudes e habilidades aprendidas: “An environmental response is nothing more than a specific cultural option with regard to the habitat at a particular time”. (SAUER, 2002, p. 6).

A *historicidade* é um outro aspecto fundamental à metodologia de Sauer. Considera que todo grupo humano constitui seu modo de vida da forma mais adequada possível. Mas a compreensão da racionalidade que levou o grupo a determinadas escolhas só é possível mediante a compreensão de sua história, isto é, da gênese do complexo de técnicas e seu significado para o grupo. A

geografia cairia na esterilidade descritiva se se limitasse a tratar da localização de técnicas, sem inquirir sobre sua gênese. Nesse sentido, toda geografia seria histórica, pois todo momento é um ponto numa linha, parte de um *continuum*.

A tarefa do geógrafo historiador seria, então, a de reconstituir paisagens passadas. Esse trabalho seria realizado em três etapas:

- conhecimento do funcionamento da cultura na sua totalidade;
- conhecimento das evidências contemporâneas à cultura em questão;
- conhecimento do *terreno*, isto é, do meio físico que a cultura ocupou.

Dada a envergadura de tal empreitada, o geógrafo historiador deve ser necessariamente um *especialista regional*, pois deve conhecer não só a região como ela se apresenta hoje, mas também reconhecer nela traços do passado. Sauer duvida da possibilidade de um geógrafo historiador tornar-se uma autoridade continental, tamanho o cabedal de conhecimentos e investigações que isso exigiria. Condena a posição do geógrafo “turista”, isto é, do conhecedor superficial de inúmeras realidades regionais.

O autor propõe um outro conceito-chave para a geografia histórica e cultural: a *área cultural* (*cultural area*). Trata-se da área em que domina um modo de vida funcional e coerente. À maneira dos antropólogos, o conceito é construído pelo encontro suficiente de traços comuns que delimitem a área, e pelo domínio de um complexo econômico único. As áreas culturais não existiriam num único plano: Sauer fala de áreas culturais de ordem superior, que seriam definidas pela interdependência de um grupo de economias de área. Os limites das áreas culturais não são rígidos. Podem se transformar, mudar centros, ganhar ou perder territórios, ou, ainda, mudar completamente sua localização.

Como já foi dito, o interesse de Sauer pela cultura é fundamentalmente genético: interessa-lhe mapear não só a distribuição dos traços, num dado momento, ou as áreas culturais, mas também entender a gênese dos sistemas culturais. Nesses estudos genéticos, a *difusão* ocupa um lugar central: a maioria dos traços culturais é adquirida pelo contato com outras culturas, e espalha-se sobre uma determinada área, até encontrar resistências. Assim, deve-se buscar entender como uma certa cultura (com particular forma e taxa de avanço) ocupa determinada área. Em seguida, deve-se buscar entender as formas de

estabilização de uma área cultural em relação à outra. E, finalmente, devem-se abordar os problemas do declínio ou colapso e sucessão de culturas.

A concepção saueriana é semelhante à ecológica: haveria uma sucessão de culturas semelhante, no padrão geral, à sucessão ecológica. Essa visão é compartilhada pela clássica tese do historiador norte-americano Frederick J. Turner (2002) sobre a ocupação de fronteira: o povoamento de um território far-se-ia em estágios cultural-tecnológicos sucessivos. Mas Sauer é melhor que Turner, uma vez que, diferentemente deste, não vê a sucessão cultural como uma evolução unidirecional rumo ao progresso, e sim como histórias particulares de ganhos e perdas para cada cultura. Não haveria uma ordem teleológica de sucessão rumo à maior complexidade, mas uma sucessão imprevisível, dependente de inúmeras variáveis. Essa concepção, ao que nos parece, é próxima da idéia de *contingência*, fundamental ao Paradigma da Complexidade.

O instrumental teórico desenvolvido por Carl Sauer, por tudo isso, conta com grande atualidade. Seria o mais adequado para a abordagem do nosso objeto de estudo: a ocupação pioneira do Triângulo Mineiro nos séculos XVIII e XIX. Identificamos três grandes sistemas culturais que se superpuseram ao longo do período em questão: as culturas ameríndias horticuloras, caçadoras e coletoras, representadas na região pelos caiapós meridionais; a cultura dos aldeamentos indígenas, muito diferente da cultura dos ameríndios caiapós e mais próxima à dos camponeses que lhes sucederam; e a cultura geralista, herdeira de técnicas e representações luso-brasileiras, mas repleta também de traços culturais africanos e ameríndios.

Do primeiro complexo cultural, dos ameríndios caiapós, pouco iremos tratar, por nos faltar conhecimento etnográfico e arqueológico suficientes. Mas acreditamos ser possível usar o método saueriano na abordagem dos outros dois — os aldeamentos e os núcleos geralistas — e obter resultados satisfatórios. Didaticamente, Sauer recomenda três passos na reconstrução dos estágios passados de uma determinada área cultural:

1. *Uso de arquivos.* Domínio de documentos escritos, mapas contemporâneos, documentos sobre concessões de terras, e relatos feitos pelos colonizadores e viajantes coevos sobre a região em estudo. Grande parte de nosso trabalho baseou-se em estudos, textos e depoimentos

produzidos sobre a história da região, e que hoje se encontram dispersos e ainda sem uma leitura sistematizada e acadêmica.

Os trabalhos dos historiadores regionais, não-acadêmicos, são inestimáveis, pois não só coligem fontes às quais nunca teremos acesso, como também são o testemunho de *personagens* da época e da região que iremos estudar. Assim, em nosso estudo, trabalhos como os de Antônio Borges Sampaio (2001), Hildebrando Pontes (1978), Pedro Pezzuti (1922), Tito Teixeira (1970), Edelweiss Teixeira (2001), Pedro dos Reis Coutinho (s.d.) e Jorge Alberto Nabut (1986) foram fundamentais, dentre outros motivos, pela riqueza factual que apresentam. A leitura e o cotejo da contribuição desses historiadores, cada qual relativa à sua cidade de origem, permitiu-nos visualizar o desenvolvimento histórico e espacial de toda a região.

Tivemos a fortuna de poder contar com os diários de viagem e relatos dos viajantes do período joanino e do Primeiro Império, dos quais cinco estiveram no Triângulo Mineiro: Luiz D'Allincourt (1975), Wilhelm Ludwig von Eschwege (1996), Johann Emmanuel Pohl (1976), Auguste de Saint Hilaire (1975 a, 1975 b, 1976, 2000) e Francis Castelnau (2000). Conseguimos acesso a três corografias produzidas sobre a região no período: as de Cunha Matos (1981), Aires de Casal (1976) e do Vigário Silva (1970).

Na reconstituição dos complexos técnicos, da economia e da demografia da região e época em estudo, contamos, principalmente, com pesquisas feitas sobre 167 inventários *postmortem* e 21 testamentos do termo da freguesia (depois vila) de Uberaba, do período de 1822 a 1861, que se encontram no Arquivo Público de Uberaba.

Utilizamos alguns mapas antigos da região, produzidos no período em estudo (em 1788, 1794, 1862 e 1868), que nos revelam as conformações territoriais do período, bem como o nível de informação que a sociedade coeva dispunha sobre a região. Usamos também cartas topográficas contemporâneas, que foram cotejadas com os relatos dos viajantes e com as descrições contidas nos inventários *post mortem*, na reconstituição do traçado das estradas primitivas.

2. *Trabalho de campo.* Sauer considera o trabalho de campo fundamental ao geógrafo historiador. Dentre seus objetivos, estaria a comparação de

uma área descrita no passado com o presente. Seriam avaliadas linhas de comunicação, locais de habitação, no intuito de se ter uma idéia do que aconteceu com a paisagem anterior (SAUER, 2002).

O primeiro objetivo do trabalho de campo seria o de valorizar o habitat primitivo e relocalizar o padrão passado de atividade, de acordo com o indicado na documentação anteriormente examinada. Nessa investigação, a atenção seria dada à procura de fósseis culturais (objetos utilizados no passado e hoje abandonados) e relíquias culturais.

Relíquias culturais (*cultural relicts*), na terminologia saueriana, significa sobrevivências culturais, isto é, instituições sobre viventes que recordam formas antigamente dominantes. Por exemplo, estruturas de beneficiamento agrícola ou arquitetônica, plano dos povoados, padrões de cultivo sobreviventes, que podem ser úteis, principalmente, quando há silêncio das fontes escritas. Sauer apresenta um roteiro sistemático de pesquisa de relíquias culturais. E, como nos utilizamos deste roteiro em nosso trabalho, expomo-lo a seguir:

- a. Plano dos povoados.
- b. Padrões de cultivo agrícola.
- c. Distribuição de variedades de cultivos nativos como indicador de difusões culturais.
- d. Estudos de formas antigas de animais e plantas domésticas.
- e. Formas antigas de derrubar troncos e se entalhar madeira.
- f. Técnicas de moagem, tração animal e força hidráulica.
- g. Sobrevivência de velhas formas de transporte.
- h. Investigação de formas fósseis: alterações de solos antigamente cultivados, antigas plantas domésticas que se tornaram selvagens, ruínas, sulcos antigos etc.
- i. Trabalho com memória e relatos: toponímia, folclore, diferenças dialetais, memória dos mais velhos.

Na verdade, trata-se do que Milton Santos chamou depois de *rugosidades*: “anomalias técnicas ou organizacionais que resultam da elaboração desigual ou da evolução desigual de um conjunto e de tal maneira que, quando uma parcela progride, uma outra se atrasa” (SANTOS, 1986).

Nosso trabalho de campo consistiu no levantamento dessas relíquias culturais ou rugosidades, que revelam traços de elementos dominantes no passado: plantas das partes mais antigas das cidades e povoados; arrolamento e descrição de técnicas antigas, como, por exemplo, o uso da taipa na construção de moradias, fiação e tecelagem, criação de bovinos etc.; e, principalmente, a coleta de depoimentos de antigos moradores da região em estudo. Nas entrevistas com os moradores, procuramos recuperar os complexos materiais e suas respectivas relações funcionais. Fizemos três entrevistas com antigos moradores de localidades da região em estudo.

3. Mapeamento. Após o levantamento nos arquivos e no trabalho de campo, na tentativa de sistematizar e reconhecer padrões no processo de povoamento e de difusão cultural, mapeamos os nossos resultados em cartogramas que mostraremos no decorrer deste trabalho.

Dessa forma, nosso principal objetivo é reconstituir as *paisagens culturais* e as *configurações territoriais* do Triângulo Mineiro, ao tempo de sua ocupação pela sociedade colonial, em fins do século XVIII e princípios do século XIX, na perspectiva da Geografia Histórica, tendo por base a metodologia desenvolvida por Carl Ortwin Sauer. Para tanto, tivemos que avançar no estudo da fração da sociedade luso-brasileira — e de sua economia escravista e camponesa — que aqui se formou no processo, dada a insuficiência de trabalhos acadêmicos nesse campo.